

ESTADO E CAPITAL: SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO ANALÍTICA DO PROTAGONISMO DO ESTADO BRASILEIRO NO REARRANJO ESPACIAL DA AMÉRICA DO SUL

Daniel Araújo Sombra SOARES¹
Alegria dos Santos LEITE²
Mateus Monteiro LOBATO³

Resumo:

Este artigo trabalha com o foco no Estado para entender a atuação do capital brasileiro na América do Sul. Para isto, faz-se imersão nas teorias estadocêntricas, de forma crítica, resgatando o debate político da atuação do Estado como projeção da realização do capital. Para basear a discussão teórica, analisa-se a construção da tessitura econômica brasileira, bem como seu protagonismo de participação em economias além das fronteiras jurídicas brasileiras, nas quais grandes empresas e instituições de financiamento brasileiras ganham destaque nas composições econômicas sul-americanas, em virtude de terem sido responsáveis pela estruturação do atual arranjo espacial das economias nacionais sul-americanas. Conclui-se com a afirmação de uma perspectiva para analisar o fenômeno manifestado no primeiro quarto do Século XXI na América do Sul (2001-2015).

Palavras-Chave: Estado, capital, economia, território, América do Sul.

Abstract:

This paper works focusing in the State aiming to understand the performance of the Brazilian capital in South America. For this immersion is done in theories centered in State, in a critical way, rescuing the political debate of the State acting as a projection of the realization of capital. To base the theoretical discussion, it is analyzed the construction of Brazil's economic fabric as well as its role of participation in economies beyond Brazil's legal borders, where large Brazilian companies and financial institutions are highlighted in the South American economic compositions, because they has been responsible for structuring the current spatial arrangement of the South American national economies. It concludes with the affirmation of a perspective to analyze the phenomenon manifested in the first quarter of the XXI century in South America (2001-2015).

Key Words: State, capital, economy, territory, South America.

Resumen

En este artículo se trabaja con el foco en el Estado para comprender el funcionamiento de la capital de Brasil en Sudamérica. Así, se hace inmersión en las teorías estadocéntricas, críticamente, rescatando el debate político de la actuación del Estado como proyección de la realización del capital. Para basar la discusión teórica, se analiza la construcción del tejido económico de Brasil, así como su papel de la participación de las economías más allá de las fronteras legales de Brasil, donde las grandes empresas brasileñas y las instituciones financieras se destacan en las composiciones económicas de Sudamérica, por haber sido responsables de la estructuración de la disposición espacial actual de las economías nacionales de Sudamérica. Se concluye con la afirmación de una perspectiva para analizar el fenómeno que se manifiesta en el primer cuarto del siglo XXI en Sudamérica (2011-2015).

Palabras-Clave: Estado, capital, economía, territorio, Sudamérica.

¹ Universidade Federal do Pará – Núcleo de Meio Ambiente. E-mail: danielsombra9@gmail.com

² Universidade Federal do Pará – Programa de Pós-Graduação em Economia. E-mail: alegria1717@gmail.com

³ Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: mateusmonteirolobato@gmail.com

INTRODUÇÃO: TEORIA POLÍTICA E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

Interessado em explicar a *renegação* realizada pelo pensamento político hegemônico do Ocidente em relação à ideia do “fim progressivo do Estado” nos anos 1960-1970, a partir de análise bibliográfica, Boron (2003) mostra que a tradição teórica e política ocidental, enquanto herdeira da tradição anglo-saxã, absorve desta as conclusões liberais que tomam por resolvido o suposto *problema do Estado*. Partindo da relação dialética entre sociedade, história e teoria política, Boron (2003, p. 246) acredita que nas formações socioeconômicas anglo-saxãs (Inglaterra e EUA), o capitalismo e as instituições da sociedade civil se desenvolveram com suposto maior grau de independência da tutela do Estado, se comparado às demais potências (França e Alemanha), as quais passaram por um capitalismo com maior força estatal, para superar o atraso inicial.

Para Velho (1976), a Alemanha, a Rússia e a Europa Oriental em geral deram cabo a um modelo de “capitalismo autoritário”. De acordo com Boron (2003), os EUA não realizaram a *elevação* ao capitalismo a partir da ruptura com as estruturas feudais (donde emergiram os chamados Estados Modernos), não passando pelos significativos desdobramentos oriundos desta ruptura, enquanto a Inglaterra, em que pese ter vivenciado tais mudanças, rapidamente tratou de sedimentar o solo da supremacia dos interesses burgueses (em detrimento de possíveis hegemonias de âmbito burocrático) com a instauração e legitimação do Parlamento Britânico ao final da chamada Revolução Gloriosa. Daí depreender-se-ia com mais clareza, para Boron (2003), o porquê de no seio de tais sociedades, o chamado pensamento *estadocêntrico* não ser a tônica das correntes de interpretação da vida política.

Essa análise não é unânime, certamente. Poulantzas (1986), em referência aos *Grundrisse*, assevera que na Inglaterra, e principalmente nos EUA, o Estado foi peça essencial na configuração do terreno dos moldes capitalistas. Há uma diferença importante, porém, entre o modelo anglo-saxão e o germânico: na Alemanha (e também na França), o Estado forjou o capital, ao passo em que na Inglaterra e nos EUA o capital domou o Estado e lhe converteu em sua ferramenta por excelência. Para Poulantzas (1986), o bipartidarismo clássico estadunidense é a forma de máxima eficiência política, porque garante que os interesses da reprodução ampliada do capital serão mantidos como *condição de base* para o discurso político. A técnica e o bem-estar como fetiches que se materializam no consumo.

Mas tais discursos trariam consigo a apropriação do trabalho em prol da materialização da riqueza (Poulantzas, 1986). Desse modo, a questão real da apropriação do trabalho, em forma de excedente, por alguns e a mera reprodução da força de trabalho de outros se metamorfoseia em discurso em prol de desenvolvimento.

Poulantzas (1986), autor cujo legado, para Boron (2003), tem de ser superado, afirma que o estado norte-americano é a forma perfeita do que foi projetado em terras europeias. De acordo com Costa (1992), a matriz modelo do estado territorial moderno possui duas células de base: a língua e o solo, adquiridos como valores identitários da sociedade pelo aparato institucional do Estado-nação. Os elementos simbólicos são utilizados para a criação e reprodução da *polis* (do espaço político), lugar de encontro das diferenças, na concepção arendtiana, e, desta guisa, reforçam o papel das iconografias frente às forças de circulação, na acepção gottmanniana, fortalecendo o enraizamento e o papel político e social do solo na formulação ratzeliana (COSTA, 1992). Neste raciocínio, o Estado possui seu próprio ritmo. Ele adentra aos ditames da racionalidade econômica e converte o desenvolvimento da técnica e da produção em seus objetivos, mas a sua valorização advém do controle do território. A soberania se torna a chave. O território é valorizado de forma diferente pelos Estados e pelas empresas (MORAES; COSTA, 1987).

Para Costa (1992), o fato do pensamento *estadocêntrico* não ser a tônica das correntes de interpretação da vida política em países anglo-saxões se explica na superação processual por qual passou o Estado, o qual, em termos manheinnianos, de estrutura “utópica” foi convertido em estrutura “ideológica”. De portador do “novo”, na aurora da modernidade, convertido em trincheira de defesa do “velho” na era da globalização. Assim, a geografia e a geopolítica, por exemplo, foram muito mais valorizadas na Alemanha, na França e na Rússia do que na Inglaterra e Estados Unidos, cujos estudos geográficos estavam atados aos interesses de companhias comerciais e industriais (COSTA, 1992). Contudo, outra geografia sempre foi praticada pelo planejamento do Estado maior (LACOSTE, 1993). O pensamento geopolítico inglês tinha sede na Marinha britânica, enquanto o pensamento geopolítico estadunidense estava ancorado no Exército norte-americano (COSTA, 1992).

O Estado é o agente com o maior poder de decisão sobre a disposição e o uso dos recursos do território, razão pela qual o seu estudo ainda é essencial ao entendimento do mundo (CASTRO, 2009), ou melhor, do projeto de mundo hegemônico em realização. Para

Castro (2009), o debate em torno do Estado foi obscurecido pelo “determinismo estrutural” de uma perspectiva ora economicista, ora estruturalista da leitura de Marx e Engels, a qual ignorou o amplo debate e as muitas divergências na interpretação da discussão marxiana sobre o “Estado político”. Este é uma forma social e histórica que oculta os conflitos internos sob a aparência externa de um pretenso acordo em prol do interesse público. Conforme Chagas (2013, p. 27), “não podemos falar de ordenamento para um arranjo sem o sentido de um direcionamento explícito, isto é, sem determinação da intencionalidade que direciona, confere e empresta sentido da ordem explícita do ordenamento”. O pretenso interesse público, no mais das vezes, é o interesse de um séquito que possui o poder de controle sobre as ações e de ordenamento da disposição dos objetos no espaço (SANTOS, 2009).

O fato é que o processo de totalização do mundo a partir do modo de produção capitalista tem sido mediado por esta estrutura jurídico-política complexa, com vasto poder de atuação. Concernente a esta mediação, Boron (2003) verifica que há uma renegação imposta ao conceito geral de Estado no *establishment* da chamada Ciência Política até meados da década de 1970, e credita esse “desprezo” a uma consequência da época, na qual as ciências sociais teriam sido tomadas de assalto pelas premissas do pensamento positivista. Essa afirmação não pode ser generalizada, pois os anos 1970 marcavam uma inversão pós-estruturalista para alguns campos, mas também uma inversão marxista para outros (SOJA, 1993). As ciências sociais francesas, por exemplo, (particularmente a geografia) estavam redescobrando a importância de discutir o Estado, a política e a geopolítica. Lacoste (1993), diferente de Boron (2003), vai creditar o “abandono” da geopolítica do Estado ao poder que teve o nazi-fascismo na academia, e a necessidade de não resgatar a sua assombração com categorias tão amplamente utilizadas por cientistas sociais a serviço daqueles regimes totalitários. Boron (2003), contudo, está concentrado nos EUA, enquanto Lacoste (1993), na Europa.

Para Boron (2003) a consequência direta da positivação acadêmica do período era a simples negação não analítica do Estado pela filosofia positivista então dominante. Assim, qualquer ideia que pudesse sugerir um Estado ativo na configuração das relações sociais controversas em determinada formação (principalmente com relação à desigualdade econômica) era negada sem argumentos. Esse diagnóstico é confirmado por Soja (1993). Porém, para este autor, os anos 1970 representaram, sobretudo, o retorno do espaço à teoria

social crítica, mecanismo pelo qual os cientistas sociais em geral, e geógrafos, em particular, retornaram à ideia de imperialismo, numa primeira crítica à espacialidade (ou à falta dela) da ciência de então, resultando, também, numa crítica (marxista) ao Estado. Segundo Soja (1993), era o momento de depuração do Estado, e isto, enquanto perdurou a primeira crítica, fortaleceu um senso de não estatismo na academia estadunidense.

A aterrissagem da influência francófona no debate norte-americano resultaria no acréscimo de uma geografia (de um sentido espacial) ao marxismo ocidental, e isto daria à análise crítica apoio para a construção de um novo projeto (SOJA, 1993). Novamente, bebe-se na ciência política, e a categoria Estado é revalorizada, no sentido de uma estrutura a qual não se pode olvidar em qualquer projeto de *superação*. Em uma visão mais pautada na política para além das ciências acadêmicas, Boron (2003) acrescenta que os fenômenos históricos processados na forma de eventos turbulentos, notadamente na América Latina na segunda metade do século XX, terminariam por reanimar a força criativa dos intelectuais da temática, que agora se comprometiam firmemente a estabelecer os nexos causais que ligariam as ações do Estado à situação de deterioração econômica e política vivenciada pelos países desta região nos anos 1980.

Neste ponto é interessante rever os marcos historiográficos do período pertinentes à sequência da linha de raciocínio aqui adotada, para que fique claro o movimento de avanço, recuo e retorno em *espiral*. Os anos 1980 marcaram para a América Latina uma ruptura. Desde a crise dos anos 1930, conjugada com a Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos que investiram em um processo de industrialização e de diversificação de suas bases econômicas tiveram relativa folga para estabelecer um padrão de crescimento, posto que as potências imperialistas de então estavam em recuperação e sem interesse em retardos na economia global (CANO, 2002a). O Estado foi convertido em alavanca fundamental para as elites forjarem novas estruturas produtivas.

Ali onde as elites e o Estado – pressionados ou não por uma potência estrangeira – não tiveram uma atitude em defesa da economia, ocorreu maior regressão da renda e do emprego, e, em alguns casos, a da própria estrutura produtiva alcançada antes da crise. A hipótese de não regressão teria que ser, necessariamente, a ruptura do padrão de acumulação, o primário exportador (CANO, 2002a, p. 85).

De acordo com Cano (2002a, p. 85), “com o envolvimento das grandes potências na Segunda Guerra Mundial, deram-nos mais uma ‘folga’ entre 1937 e 1945, que, com alguns

tropeços e interrupções, estender-se-ia até 1979”. O “sonho”, diz Cano (2002a), termina ao final de 1979, quando os EUA retomam sua hegemonia econômica e cambial e a impõem novamente ao mundo, e, sobretudo à América Latina. Assim, a década de 1980 foi realçada de diferentes matizes político-econômicos quando se leva em consideração as distintas regiões do globo. Enquanto os países desenvolvidos experimentavam um recorrente afluxo de expedientes neoliberais, em decorrência da crise do *Estado de Bem Estar Social* dos anos 1970 (estagflação), a América Latina sofria uma árdua crise fiscal, resultado de uma política ao longo do século pautada no ideário *desenvolvimentista*, que levou vários desses países a aumentarem grandemente seus déficits públicos – da crista ao vale.

Em linhas gerais, ao longo do conturbado século XX, o capitalismo monopolista deste período, assumiu três formas: “o Estado do Bem-Estar, nos países desenvolvidos, o Estado Desenvolvimentista, nos países subdesenvolvidos, e o Estado Burocrático, nos países estatistas” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 94). O traço desenvolvimentista na conjuntura econômica global deixou rugosidades inegáveis nos países latino-americanos. Neste momento vem à tona o repensar criticamente o papel do Estado enquanto sujeito histórico neste processo (BORON, 2003) no *mainstream* da ciência política norte-americana. Com o tempo, os próprios pensadores da academia estadunidense paulatinamente foram percebendo a necessidade de retomar a construção teórica do Estado, não mais o encarando como um “não-problema” (BORON, 2003). Boron (2003), porém, não acredita que as razões tenham sido crucialmente o ressurgimento do marxismo nos EUA, e nem a necessidade de encontrar um culpado para o atual estado de coisas ou ainda as “recentes tendências em matéria de pesquisa, orientadas para a análise de políticas” (BORON, 2003, p. 245), contrapondo-se, em definitivo, a Soja (1993).

O debate da academia brasileira é diverso. Enquanto a ciência política e a economia têm sido tributárias das ciências norte-americanas e britânicas, outras ciências humanas, como a história e a geografia, mesmo com influências anglófilas, possuem forte inspiração francófona. Os anos 1970 no Brasil marcam uma discussão renovada sobre Estado, bem como a incorporação definitiva do marxismo pela academia. O Estado na perspectiva marxiana estabelece o acordo legal entre as classes, favorecendo os privilégios de umas sobre outras (POULANTZAS, 1986). O foco no Estado auxilia na análise das formações espaciais. No caso concreto da formação espacial brasileira, a sua economia alterna entre os ramos de

exportações de produtos primários (agronegócio e mineração) e o setor industrial como protagonistas na arrecadação de divisas. A construção das tessituras e malhas territoriais que, conforme Raffestin (1993), dão a base logística para a efetuação da produção, no caso brasileiro data primordialmente do século passado. Em tal contexto, as empreiteiras ganham destaque nesta formação, em virtude de terem sido responsáveis pela estruturação do atual arranjo espacial do Estado e da economia brasileira. Neste ponto se concorda com Boron (2003) quando afirma que a relevância dos conceitos é ilustrada somente pela realidade.

A RELEVÂNCIA DO ESTADO PARA A COMPREENSÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A empreiteira Odebrecht (proprietária da empresa petroquímica Brasken), a Camargo Corrêa (proprietária das empresas de calçados Havaianas e Topper) e a Andrade Gutierrez surgiram no início do século XX, entre 1906 e 1910, e experimentaram sua primeira onda de crescimento na Era Vargas (ZIBECHI, 2012). Posteriormente, foram impulsionadas pelas obras de infraestrutura do governo de Juscelino Kubitschek, e tiveram seu amadurecimento na Ditadura Militar. Mais tarde chegaram à internacionalização no Governo Lula. A OAS e a Queiróz Galvão, nordestinas, surgiram nos anos 1950 e seguem itinerário parecido (ZIBECHI, 2012). Já as grandes empresas alimentícias brasileiras surgiram como empresas familiares. A JBS-Friboi foi fundada em 1953. A Sadia em 1944. Ambas foram fortalecidas com os subsídios da política do Tripé desenvolvimentista de JK e cresceram na Ditadura. Enquanto que a Perdigão surge em 1977. No Governo Lula todas se tornam conglomerados internacionais (ZIBECHI, 2012).

De acordo com Velho (1976) o modelo de capitalismo que se instalou no Brasil possui uma natureza diferenciada dos modelos capitalistas clássicos, sendo semelhante ao modelo de “capitalismo autoritário” da Europa Oriental. Nos EUA, os grandes empresários (Rockefeller, Carnegie e JP Morgan, entre os mais proeminentes) “domaram” o Estado quando este se tornou um empecilho aos seus monopólios. O capital monopolista funcionalizou os partidos, convertendo dois deles em pilares da democracia, resultando no Estado como peça essencial da reprodução ampliada de capital (POULANTZAS, 1986). No Brasil se deu o contrário. O Estado republicano surgiu com a oligarquia cafeeira, e demais oligarquias regionais –

sustentadas pela exploração “pré-capitalista” dos trabalhadores – e, após a crise de 1929, o Estado, a partir de Vargas, funda o capitalismo moderno-industrial brasileiro (IANNI, 1984).

As bases fundacionais já estavam dadas, pois a economia do Brasil já estava subsumida às formas capitalistas de produção (PRADO JR., 1977). Tratava-se, entretanto, de uma subsunção formal ao capital (DUSSEL, 2012). Apenas São Paulo, com seu núcleo de extração do excedente gerado pelo trabalho assalariado da indústria do café, dos bancos, da indústria ferroviária etc. já havia realizado a elevação, com relações de produção *em si* já subsumidas realmente ao capital (CANO, 2002a). Neste ínterim, no marco de construção do Estado nacional, os impostos angariados das diversas atividades regionais, como a borracha da Amazônia, o cacau no Recôncavo Baiano, o gado no Rio Grande do Sul etc. são carreados para a construção da estrutura estatal (MOREIRA, 2012). Isso já se dava no período cafeeiro, no qual os tributos sobre a borracha acreana foi utilizado para financiar a Reforma Campos na então capital federal Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2001), e da borracha amazônica em geral para financiar os tratados cafeeiros em São Paulo (MOREIRA, 2012). Os trabalhadores brasileiros pagaram com mais-valia absoluta a concentração do capital em São Paulo.

Após a consolidação da nova pactuação de classes que permitiu o emergir do compromisso industrial (CANO, 2002b), o excedente de trabalho apropriado nos impostos e taxas foi utilizado para potencializar as empresas brasileiras no período de construção do novo território nacional (ZIBECHI, 2012). Apesar das críticas de Boron (2003), o prognóstico de Poulantzas (1986) parece se cumprir para o caso do Brasil. As eleições para a presidência do Estado brasileiro de 2014 ilustraram como os grandes empresários nacionais seriam beneficiados independentemente da vitória de candidato *a* ou *b*, na medida em que os dois postulantes à vaga, representantes dos dois maiores partidos brasileiros estavam sendo financiados pelas mesmas empresas (BURGARELLI *et al.*, 2014).

Por mais que Velho (1976) esteja certo quanto ao fato do capitalismo *tardio* brasileiro estar muito mais próximo ao modelo russo-prussiano do que do anglo-saxão, o fato é que com o advento da subsunção de todas as formas de produção e reprodução ao capital, as trajetórias espaciais e temporais se tornam *homólogas*, conforme asseverava Poulantzas (1986). As empresas no Brasil são frutos diretos do Estado – alternando entre regimes de democracia e ditadura. De acordo com Zibechi (2012), o motor capitalista brasileiro – a partir do portal de São Paulo (MOREIRA, 2012) – possui uma nova dimensão espacial e social. Para este autor,

a formação brasileira apresenta uma burguesia *complexificada*. Atentando para a estrutura acionária das grandes multinacionais brasileiras, Zibechi (2012) nota que, com exceção das construtoras, todas as companhias apresentam a maior parte de suas ações sob a propriedade dos chamados fundos de pensão – caso da Brazil Foods (resultante da fusão da Sadia com a Perdigão), da Gerdau, da JBS-Friboi, da Oi telecomunicações, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Votorantim-Aracruz Celulose, da Usiminas, da Cemig, da Embraer, da Vale etc. (ZIBECHI, 2012).

Fundos de pensão são planos os quais proporcionam renda para aposentadoria e benefícios de emergência para funcionários de determinada empresa, firma ou instituição. Os três principais fundos de pensão brasileiros em volume de capital são oriundos de empresas públicas. São eles: *a*) o Previ, o fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil; *b*) o Petros, o fundo de pensão dos trabalhadores da Petrobrás; e, *c*) o Funcef, o fundo de pensão dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal (ZIBECHI, 2012). Estes três fundos de pensão têm muito mais capital acumulado do que o necessário para garantir suas missões institucionais, e, portanto, grande parte deste capital pode ser aplicada em investimentos em benefícios dos sócios, os trabalhadores de cada empresa (ZIBECHI, 2012).

O mesmo entendimento vale para o BNDES, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – originalmente apenas BNDE, criado em 1952 no segundo governo de Vargas. A maior fração do capital do BNDES é oriunda do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, e tem a mesma função dos fundos de pensão particulares: auxiliar na previdência de emergências médicas, pensões etc. dos trabalhadores em geral registrados no Ministério do Trabalho e Emprego (ZIBECHI, 2012). De acordo com Zibechi (2012), tanto o BNDES, quanto os fundos de pensão das três maiores empresas públicas são controlados pelas grandes centrais sindicais do país. Destarte, os sindicatos tornam-se uma parte operacional do sistema político e econômico.

Baseado em estudos de sociologia e ciência política do Brasil, Zibechi (2012) assevera que o capitalismo brasileiro está maduro e que uma nova fração de classe compõe a elite nacional ao lado das elites tradicionais. Essa nova classe é constituída de sindicalistas, mas sindicalistas que, ao contrário do modelo clássico da categoria, estudaram e realizaram pós-graduação, uma classe que foi preparada para assumir a liderança das principais centrais trabalhistas, oriunda principalmente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (ZIBECHI,

2012). Como estratégia política, um dos principais partidos brasileiros, segundo Zibechi (2012), logrou ter capitaneado os cargos das principais centrais sindicais, o que lhe garantiu acesso aos postos decisórios dos fundos de pensão, e, assim, dos investimentos do país.

Desse modo, de acordo com Zibechi (2012), o Estado brasileiro, a partir do Governo Lula, reestrutura um padrão de certo modo deformado pelos governos neoliberais dos anos 1990. Conforme Brandão (2012), a estrutura regular de planejamento em longo prazo estabelecido desde a Era Vargas sofreu uma ruptura no decênio de 1990 com o Consenso de Washington. Os governos dos anos 1990 herdaram uma crise fiscal, em virtude do aumento dos juros da dívida externa nos anos 1980, e sem a disponibilidade de mecanismos adequados de financiamento, tornou-se inviável a operação em um horizonte temporal mais largo. Nos anos 1990, o Estado abdicou de sua função, herdada de sessenta anos antes, de ampliar a capacidade produtiva em setores-chave, ficando constrangido a sancionar o enriquecimento de uma miríade de setores abrigados em seu seio, aprofundando sua crise estrutural de financiamento (BRANDÃO, 2012).

Neste momento crítico, o Estado foi obrigado a absorver o ônus do ajuste econômico do setor privado, o qual foi suportado pelo setor público através das privatizações em massa (BRANDÃO, 2012). Neste contexto, grassava o discurso da ineficiência da estrutura estatal “paquidérmica”, e dos necessários “choques de gestão” da iniciativa privada. Brandão (2012) afirma que tais críticas ignoravam a estrutura fundacional do capitalismo e da modernidade brasileiros. A construção do país como potência regional na economia-mundo se deu pela via autoritária (Becke; Egler, 1994), e, portanto, as estruturas capitalistas não funcionariam sem o Estado. A “ausência” do Estado se dava apenas em setores não funcionais ao capitalismo. Neste contexto de crise, as empreiteiras brasileiras investem seu capital em outras atividades. A Camargo Corrêa comprou as Havaianas e a Topper, a Odebrecht adquiriu a Brasken, e as empreiteiras, em geral, tornaram-se grandes conglomerados, controlando várias empresas e diversos serviços públicos por concessão, como pedágios em rodovias, pontes, controle de empresas de ônibus urbano, barcas, metrô etc. O Governo Lula representará um corte e um retorno ao planejamento do Estado em um horizonte temporal mais largo (ZIBECHI, 2012).

Para tal, consolidou-se uma nova elite sindical, a qual, de certo modo, é semelhante aos burocratas da URSS – no sentido em que não é uma classe proprietária de modos de produção, mas uma classe que possui o controle dos meios de produção e do território, e,

através dos fluxos de impostos estatais, controla uma parte do excedente de trabalho brasileiro (ZIBECHI, 2012). A presença de uma fração da elite no controle sindical seria uma característica comum aos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), não obstante se tratem de formações espaciais diferenciadas com rugosidades presentes de temporalidades muito diversas entre si. No Brasil, o Estado fundou o capital (enquanto produção generalizada a partir do assalariamento) e converteu o controle do trabalho em lei, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Este controle compulsório garante, por outro lado, uma fonte perene de recursos, já que os impostos sindicais são colhidos independentemente do assalariado ser sindicalizado ou não (ZIBECHI, 2012).

A REORGANIZAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA BRASILEIRO

Uma característica importante do Governo Lula, entretantes, foi a construção de grandes oligopólios nacionais no Brasil (continuação da construção do capital monopolista pelo Estado). De acordo com Zibechi (2012), o Governo Lula, influenciado pela teoria chinesa do monopólio econômico⁴, favoreceu a criação de grandes empresas multinacionais. Para garantir que os monopólios caminhariam na direção do projeto de Estado – um “Brasil Potência” – o governo passaria a ter a maior parte acionária das empresas. Oficialmente, a maior parte permanece como capital privado, mas somadas as ações do BNDES, do Previ, do Petros e do Funcef (todos sob o controle de centrais sindicais partidarizadas) a maior parte do controle diretor das empresas permanece na órbita estatal. Diz Zibechi (2012, p. 158) que:

El periodista Vinicius Torre Freire acierta al sintetizar: “Fernando Henrique Cardoso privatiza, Lula conglomerata”. Los datos son demasiado elocuentes. En 1996 el BNDES participaba en 30 grandes empresas brasileñas. En 2003, el primer año de Lula, ya era accionista de 53 empresas y en 2009 llegó a 90. Si eso se le suma la presencia de los fondos Petros, Previ y Funcef, el Estado está presente en 119 en 2009. Los fondos de pensiones de las grandes empresas estatales fueron el grupo que más ganó poder entre 1996 y 2009. Previ controla 78 empresas, entre ellas, gigantes como Vale; Petros controla 31, Funcef tiene un papel decisivo en 18 y Funcesp en 14.

⁴ De acordo com Zibechi (2012, p. 68), o governo chinês acredita que por volta de 2100 o mundo possuirá apenas 500 empresas dominando todos os ramos. Em virtude de tal teoria, o governo daquele país iniciou um planejamento para que, em 2100, 50 dessas empresas sejam chinesas, ideia que teria sido copiada pelo Núcleo de Inteligência do Governo Lula, baseado no Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), que à época era chefiado por Luiz Gushiken. Ainda de acordo com Zibechi (2012, p. 74), em 2005, o NAE passaria a entregar diretamente o Gabinete da Presidência da República, e, em 2008, seria criada a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

A reorganização do capitalismo (e da soberania sobre os recursos) se deu, então, pela via do BNDES e dos fundos de pensão. De acordo com Zibechi (2012), os principais exemplos foram:

a) a fusão da Sadia com a Perdigão, em maio de 2009, resultando na Brasil Foods, a maior exportadora de carnes suína e avícola do mundo, segunda empresa alimentícia do Brasil e terceira maior exportadora brasileira após Petrobrás e Vale, operação na qual o BNDES desembolsou 253 milhões de dólares, ficando com 3% das ações, sendo o Previ o maior acionista individual, com 13,6% da empresa (ZIBECHI, 2012, pp. 137-138);

b) a fusão dos frigoríficos JBS-Friboi e Bertin, em setembro de 2009, operação na qual o BNDES gastou 4 bilhões de dólares, ficando com 22,4% das ações da nova empresa, tornando a JBS-Friboi a maior exportadora de carne bovina do mundo e a maior empresa alimentícia brasileira (ZIBECHI, 2012, p. 138);

c) a fusão da Aracruz Celulose com a Votorantim Papel e Celulose, em setembro de 2009, resultando na Fibria, a maior empresa mundial de fibra curta e a quarta maior de celulose, operação na qual o BNDES bancou 1 bilhão de dólares, ficando com 34,9% das ações da nova empresa (ZIBECHI, 2012, p. 139);

d) a compra da Brasil Telecom pela Oi, em abril de 2008, criando uma grande empresa nacional de telecomunicações, operação na qual o BNDES desembolsou 2 bilhões de dólares, ficando com 16,5% das ações, enquanto que o Previ possui 12,9%, e Petros e Funcef 10% cada um (ZIBECHI, 2012, pp. 139-140);

e) o apoio do Estado a Brasken (empresa de propriedade da Odebrecht) através de contratos e parcerias com a Petrobrás e de investimentos do BNDES que colaboraram para que a Brasken, comprando empresas americanas e europeias, viesse a se tornar a terceira empresa petroquímica do mundo, controlando 85% do mercado brasileiro (ZIBECHI, 2012, pp. 140-141).

Assim, a política de planejamento em horizonte de tempo mais curto (ao toque da gestão) dos anos 1990 estava definitivamente enterrada. O Brasil possui grandes empresas, e agora está disposto novamente a fazer megaprojetos estruturais, e tem vontade política de fazê-lo (ZIBECHI, 2012). Conforme Raffestin (1994), o projeto de manutenção e expansão do poder do Estado, a que este autor nomeia de “Poder com P maiúsculo”, leva em conta três dimensões inescapáveis e fundantes: a) os recursos; b) a população; e, c) o território.

Exatamente nessa ordem está estruturado o documento “Brasil em três tempos” de 2004, publicado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo Lula. De acordo com Zibechi (2012), para tornar factível um projeto de Brasil potência (tocado de algum modo desde a Era Vargas passando pela Ditadura Militar), o governo Lula publica as seguintes metas para 2022 (ano do bicentenário da Independência):

No plano da economia (*recursos*): a) crescer 7% ao ano; b) aumentar a taxa de investimento a 25% do PIB; c) reduzir a dívida pública a 25% do PIB; d) alcançar a inclusão digital de 100% da população adulta; e) duplicar a produção e as exportações agropecuárias; f) aumentar a produtividade agropecuária em 50%; g) triplicar o investimento em pesquisa agropecuária; h) dobrar a produção de alimentos; i) quintuplicar a agricultura sustentável; j) duplicar o consumo per capita de pescado e aumentar em 50% a captura; k) quintuplicar as exportações e sextuplicar as de média e alta tecnologia; l) elevar o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento a 1% do PIB; m) elevar o gasto total em pesquisa e desenvolvimento a 2,5% do PIB; n) possuir 450 mil pesquisadores e 5% da produção científica mundial; o) triplicar o número de engenheiros; p) dominar a tecnologia microeletrônica e de produção de produtos farmacêuticos; q) duplicar o número de patentes; r) assegurar a independência da produção de combustível nuclear; e, s) dominar a tecnologia da fabricação de satélites e lançadores de veículos espaciais (ZIBECHI, 2012, pp. 83-84).

No plano da sociedade (*população*): a) erradicar a pobreza extrema e o trabalho infantil; b) alcançar dez milhões de universitários; c) incluir o Brasil entre as dez maiores potências olímpicas; d) alcançar a autonomia na produção de insumos estratégicos; e) duplicar o gasto público em saúde; f) universalizar a previdência social; e, g) alcançar a igualdade salarial entre negros e brancos (ZIBECHI, 2012, p. 84). No plano da infraestrutura (*território*): a) elevar a 50% a participação da energia renovável na matriz energética; b) elevar a 60% a utilização do potencial hidráulico; c) dobrar o uso per capita de energia; d) instalar quatro novas usinas nucleares; e) aumentar o conhecimento geológico do território amazônico de 30 a 100%; f) reduzir em 40% o uso de combustíveis fósseis; g) ampliar a capacidade portuária a 1,7 bilhões de toneladas; h) assegurar o acesso à banda larga de 100 Mbps a 100% dos brasileiros; e, i) ter em órbita dois satélites geostacionários (ZIBECHI, 2012, p. 84).

Consideradas as três dimensões de base, pode-se planejar a superestrutura, o Estado e as relações internacionais (interestatais), cujas metas para 2020 eram: *a)* decuplicar os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL; *b)* decuplicar a cooperação técnica e financeira com a África; *c)* consolidar a UNASUL; *d)* consolidar a articulação política com os países em desenvolvimento; *e)* lançar ao mar o primeiro submarino nuclear de fabricação brasileira; *e, f)* lançar o primeiro satélite construído no Brasil (ZIBECHI, 2012, p. 84). O autor ressalta que enquanto algumas das metas permanecem distantes, outras estão próximas e algumas simplesmente já foram alcançadas dez anos antes, o que mostra um compromisso firme entre um grupo de partidos políticos, empresas privadas e forças armadas em consenso com um projeto de nação, um projeto de Brasil potência (ZIBECHI, 2012), que, evidentemente, tem seus opositores dentro e fora do Brasil. O dilema para os sul-americanos é identificar se este projeto de Estado, que implica em uma integração regional não se traduz, de fato, em um novo imperialismo.

De acordo com Zibechi (2012), após a consolidação dos monopólios, as empresas brasileiras, financiadas pelo BNDES, se espalharam pelos territórios da América do Sul. Graças a convênios realizados diretamente com o BNDES, a quase totalidade dos países sul-americanos (bem como alguns países africanos, como Angola, centro-americanos, como a Nicarágua, e caribenhos, como Cuba) têm se endividado com o Brasil para realizar obras de caráter infraestrutural (ZIBECHI, 2012). Parte dessas obras surge diretamente do planejamento desses países, mas uma parte importante delas, como o caso da maioria das hidrelétricas, são influenciadas diretamente pelo interesse brasileiro em comprar energia elétrica de outros Estados para alimentar o voraz parque industrial de São Paulo.

Para Zibechi (2012), uma parte fundamental das obras como portos, hidrelétricas, rodovias e ferrovias é imposta como prioridade para o desenvolvimento nacional dos Estados sul-americanos pelo governo brasileiro, em benefício direto dos empresários brasileiros, principalmente as empreiteiras. Conforme já aludido, as empreiteiras possuem uma relação orgânica com o Estado brasileiro desde a Era Vargas, e diferente das multinacionais de oligopolização recente, elas não possuem o controle acionário nem por parte dos fundos de pensão das grandes empresas públicas, tampouco por parte do BNDES, que apenas lhes fornece empréstimos (ZIBECHI, 2012). Neste caso impera uma relação orgânica de solidariedade entre empresas e Estado.

Assim como outrora o discurso do desenvolvimento e do bem-estar social foram convertidos em ideias justificadoras de políticas voltadas ao aprimoramento da acumulação das empresas, agora o mesmo ocorre também com o discurso da integração regional sul-americana e da chamada integração Sul–Sul em oposição ao imperialismo dos países capitalistas centrais. Esta integração tem beneficiado principalmente as empresas construtoras do novo território continental integrado. Em certo sentido, é como se a histórica fronteira em movimento da formação espacial brasileira (VELHO, 1976; MOREIRA, 2012) agora se expandisse por toda a América do Sul (ZIBECHI, 2012). É sintomático o fato de que no caso mais grave de conflito entre um Estado sul-americano com uma empresa brasileira, no episódio da expulsão da Odebrecht do Equador pelo presidente Rafael Corrêa, o presidente venezuelano Hugo Chávez, que se postou sempre como crítico do imperialismo, tenha se destacado para defender a empresa a qual chamou de “empreiteira amiga do povo venezuelano” (ZIBECHI, 2012, p. 236).

Na realidade, a Odebrecht construiu uma hidrelétrica (a represa de San Francisco) com falhas estruturais e que não conseguiu gerar nem 1% da capacidade prometida e não quis se responsabilizar pelos reparos. O Governo Lula interviu com força na diplomacia com o Equador, mas não conseguiu evitar a expulsão da Odebrecht do país vizinho (ZIBECHI, 2012, pp. 235-236). Contudo, de um modo geral, a realidade política da América do Sul é que os governos de esquerda dos anos 2000, a chamada “esquerda bolivariana”, em nome do combate ao imperialismo estadunidense têm entregado seus trunfos territoriais (com o trabalho acumulado nos objetos fixos nas paisagens) à sanha dos empresários brasileiros, e também russos e chineses (ZIBECHI, 2012). Uma elevação à escala do mundo mostra que a desterritorialização posta em marcha nas atuais fronteiras do capitalismo – com destaque para as fronteiras em movimento: a) a brasileira; b) a russa; e c) a chinesa – resultou no maior índice de desabrigados da história (DAVIS, 2006).

Todo o debate em torno da *acumulação primitiva* – do liberalismo clássico às doutrinas socialistas – gira em torno dos famosos cercamentos dos campos (*field enclosure*) na Inglaterra do Século XVIII os quais liberaram terras para a subsunção real do capital e mercado de força de trabalho para a acumulação – complementada pelos recursos extraídos do Novo Mundo (HUNT; SHERMAN, 1998). Contudo, não há comparação de nível ou escala de abrangência com a desterritorialização ora posta em voga pelos grandes projetos de ajuste

espacial, incluindo o agronegócio e a mineração, provando que a acumulação primitiva é um processo permanente, o que levou Harvey (2004) a afirmar que um novo imperialismo está em marcha, baseado nesse processo, o qual renomeou de *acumulação por espoliação*. Tratar-se-ia de uma nova fase do capitalismo, em uma ruptura com a fase anterior baseada na *reprodução ampliada do capital*. Os dois processos são complementares, mas há uma mudança no centro de gravidade de um para o outro, variando no tempo (HARVEY, 2004).

Identificando os sintomas da economia mundial dos anos 1980 ao início dos 2000, Caputo Leiva (2004) assevera que as inversões estrangeiras aos países centrais são, na sua grande maioria, o retorno dos lucros extraídos nos países periféricos para as sedes das grandes companhias nos países centrais. Grande parte desses lucros advém cada vez mais de investimentos em matérias-primas nos países periféricos (CAPUTO LEIVA, 2004), clareando setorialmente o que significa a inversão pendular no motor da acumulação do capitalismo mundial apontada por Harvey (2004). Esse fenômeno possui como produtos espaciais: *a*) um novo ajuste espacial imperialista em busca de recursos e tipos de exploração do capital típicos de acumulação primitiva, caracterizando, como já dito, um novo imperialismo (HARVEY, 2004); *b*) uma desterritorialização em massa de camponeses, ribeirinhos, pescadores, aborígenes, indígenas, quilombolas etc. (sujeitos sociais praticantes de uma reprodução social não capitalista) em virtude da apropriação de grandes faixas de terras para o agronegócio e projetos de infraestrutura e minerais, provocando um despovoamento dos campos (DAVIS, 2006); *c*) derivando em um inchaço populacional (desemprego estrutural) das megacidades, particularmente nas áreas de expansão do capitalismo (DAVIS, 2006).

Davis (2006) nota que o Estado tem sido o agente executor dos projetos e da efetivação da desterritorialização, o que o levou a falar em “traição do Estado”. Este fenômeno de “metropolização” da pobreza, notado por Davis (2006) na escala do mundo, é flagrante no território nacional construído sob a égide da industrialização (DINIZ, 2006). “A reconfiguração da rede urbana é o resultado e ao mesmo tempo determinante da nova geografia econômica do país” (DINIZ, 2006, p. 11). Tem-se um processo amplo, e não uma derivação exclusiva do projeto político hegemônico nos anos 2000 no governo do Estado brasileiro. Zibechi (2012) não o ignora. Em busca de contextualizar o cenário a ser enfrentado pelas frentes de luta a sota-vento da corrente técnica hegemônica, Zibechi (2012) considera todas as forças a barlavento e traça a articulação de suas trajetórias para a América do Sul. O

Governo Lula estabelece um novo pacto de classes, onde está pressuposta a ascensão social de fração importante da força de trabalho expropriada, bem como o acordo entre novas e velhas elites quanto à reprodução do sistema econômico hegemônico. Em virtude da força política e econômica do Brasil diante de seus vizinhos, as elites brasileiras impõem os termos do novo pacto de classes às elites sul-americanas, seus parceiros menores na exploração da força de trabalho local e na expropriação dos recursos nacionais (ZIBECHI, 2012).

A RESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMÉRICA DO SUL E O IMPERIALISMO

Semelhante ao que no passado recente ocorreu com a América Latina em relação aos EUA, o que os empresários brasileiros chamam de “parcerias” tem sido enxergado pela sociedade e movimentos sociais sul-americanos como imperialismo, resultando no fato de que a bandeira brasileira tem sido frequentemente queimada em protestos nos países vizinhos (ZIBECHI, 2012). De acordo com Zibechi (2012), o governo uruguaio possui um grande desconforto com o homem mais rico desse país, o brasileiro Ernesto Corrêa da Silva Filho, proprietário da empresa de calçados Azaleia, que se tornou o maior latifundiário do Uruguai, dono do maior frigorífico do país e maior proprietário individual de cabeças de gado, ainda mais porque sente que toda vez que os interesses do milionário são afetados o governo brasileiro intervém em seu favor (ZIBECHI, 2012, pp. 217-221). O mesmo ocorre no Paraguai, onde o brasiguai Tranquilo Favero se tornou o maior proprietário individual de soja do país (ZIBECHI, 2012, pp. 224-225).

No caso paraguaio, quando o então presidente Fernando Lugo tentou renegociar o preço da energia elétrica vendida ao Brasil, que, pelo tratado, pagava apenas 1/5 dos preços correntes de mercado, o exército brasileiro realizou em outubro de 2008 um exercício na Fronteira Sul II (do Mato Grosso do Sul com o Paraguai) utilizando dez mil soldados, além de aviões, tanques, barcos e munição real (ZIBECHI, 2012, p. 223). Um exercício simbólico de que o país está preparado para defender seus interesses a qualquer custo se for necessário. Os brasiguaio possuem 55% das terras cultiváveis do Paraguai, e são responsáveis por 90% da soja exportada por aquele país (ZIBECHI, 2012, p. 224), motivando acusações de movimentos sociais e da guerrilha paraguaia acerca da expropriação dos camponeses guaranis por grileiros brasileiros.

A situação não é diferente na Bolívia, onde os fazendeiros brasileiros, por volta de 200 famílias, controlam 40% da produção de soja do país, sendo a Bolívia o país estrangeiro que mais trouxe dividendos ao Banco do Brasil no período 2000-2005 (ZIBECHI, 2012, pp. 229-230). Outra questão grave para a soberania da Bolívia é o controle do gás natural e do petróleo, em que pese o fato de terem sido nacionalizados em 2006, após a Petrobrás se recusar a aumentar o preço pago pelo produto (25% dos preços correntes de mercado), continua, de fato, em mãos estrangeiras. De acordo com Zibechi (2012, p. 230), mesmo após a nacionalização, a Petrobrás controla 63,8% da produção de gás natural e 55,8% da produção de petróleo na Bolívia.

Com a Argentina, o tratamento dado pelos empresários e pelo Estado brasileiro tem sido diferenciado. Apesar da forte crise que atormenta o país desde o final dos anos 1990, o país platino possui um parque industrial consolidado, que diante do colapso de 2001, foi, em parte, apropriado pelas empresas brasileiras. A Petrobrás comprou a maior petrolífera argentina, a Pérez Companc, enquanto que a JBS-Friboi adquiriu a maior exportadora de carnes do país, a Swift Armour, a Camargo Corrêa adquiriu a cimenteira Loma Negra, e a Ambev comprou a cervejaria mais tradicional do país, a Quilmes (ZIBECHI, 2012, p. 242). Em 1993, o capital estrangeiro controlava 50,5% da produção argentina, e agora controla algo em torno de 80,2%, sendo 36,8% nas mãos do capital brasileiro (ZIBECHI, 2012). A realidade é que Argentina, Venezuela e Chile têm recebido um tratamento diferencial por parte do empresariado brasileiro, o que não significa que não haja contradições ou crises nesse processo.

O que Zibechi (2012) deixa claro é que a América do Sul foi regionalizada pelo capital brasileiro como extensão do território do Brasil. Neste íterim, a Argentina e o Chile, particularmente, têm sido encarados como uma extensão do Centro-Sul brasileiro e tratados enquanto tal, como novos subcentros de investimento industrial do capital brasileiro, enquanto que os demais países parecem exercer a função de extensão da Amazônia e do Pantanal. O autor ressalta que o pacto feito com as elites nacionais dos países andinos em nada difere do tratamento dado à Amazônia, encarada como uma fronteira de recursos. Os impactos ambientais, econômicos e sociais dos grandes projetos financiados pelo BNDES na América do Sul também em nada diferem dos impactos na Amazônia, em pleno território brasileiro (ZIBECHI, 2012).

Em 2000, quando ainda não havia sido eleito nenhum presidente da esquerda recente na América do Sul, os presidentes dos dozes países sul-americanos assinaram um acordo sob os incentivos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento: a IIRSA⁵ (CECEÑA et al, 2007). A iniciativa foi comemorada pelo governo dos EUA que financiava obras de infraestrutura semelhante para a América do Norte e Central. A proposta objetivava conectar todas as infraestruturas produtivas da América do Sul, e era vista pelos bancos de fomento como o “esqueleto físico” embrião da ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas (ZIBECHI, 2012). O projeto da ALCA, no entanto, ficou comprometido com a eleição de Chávez na Venezuela em 2001, seguida da eleição de Lula, no Brasil em 2002.

Com um projeto de hegemonia territorial próprio, a diplomacia brasileira ajudou a enterrar a ALCA, favorecendo o fortalecimento econômico e político do MERCOSUL. A união aduaneira continental foi definitivamente derrubada com a construção da UNASUL, bloco político e militar de decisões conjuntas envolvendo os doze países sul-americanos em contraposição à tradicional OEA e cravando uma trincheira em relação à OTAN (ZIBECHI, 2012). Aproveitando a onda vermelha que tomou conta dos palácios presidenciais sul-americanos – além de Chávez e Lula, ao longo dos anos 2000, partidos de esquerda assumiram o poder na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Paraguai, na Bolívia, no Peru e na Guiana – o projeto da IIRSA foi reconfigurado politicamente. Mas seu significado territorial foi mantido intacto.

O motor capitalista de Nova York tem seu comando na IIRSA substituído por São Paulo, e as obras da iniciativa passam a ser financiadas não mais pelo BID, mas pelo BNDES brasileiro. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) abriu escritórios em todas as capitais sul-americanas e, desde então, vem sendo acusada de espionagem em sindicatos e movimentos sociais opositores das obras da IIRSA no Peru, na Bolívia e na própria Amazônia brasileira, envolvendo casos emblemáticos como a intervenção da Força Nacional, com apoio da CUT, nos acampamentos das construções das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no município de Porto Velho em Rondônia, e de Belo Monte, no município de Altamira no Pará (ZIBECHI, 2012). Enquanto estas três hidrelétricas seguem em construção na Amazônia, outras 24 hidrelétricas financiadas pelo BNDES estão em construção em toda a América do

⁵ Iniciativa de Integração da Região Sul-americana.

Sul, e até na Nicarágua e em Honduras, na América Central (ZIBECHI, 2012). A capacidade gigante de produção de energia que elas gerarão provavelmente será vendida ao Brasil.

Isso significa que a construção das obras vai ser paga pelos impostos dos trabalhadores de cada país, já que os empréstimos do BNDES serão pagos com juros e correção monetária, e, ao fim e ao cabo, a energia ainda será vendida, abaixo dos preços correntes de mercado, ao parque industrial brasileiro (ZIBECHI, 2012). Há ainda uma forte pressão do governo brasileiro para que a Nicarágua, presidida pelo ex-sandinista Daniel Ortega, aceite um financiamento do BNDES para abrir um canal ligando o Mar do Caribe ao Pacífico que seja maior que o Canal do Panamá. Uma obra que, evidentemente, implicaria em gigantescos impactos ambientais e sociais. É possível que o Porto de Mariel em Cuba tenha sido projetado como parte dessa reorganização logística. Todas as obras serão pagas pelos governos locais, e as construtoras são sempre as mesmas empreiteiras que construíram o Brasil moderno desde Vargas.

Uma questão importante, contudo, é que apesar da fronteira seguir a barlavento, a subsunção do território ao capital é um processo multiescalar. Ao realizar a *passagem* das escalas mais complexas para as escalas mais simples, as tentativas de mapear o avanço da subsunção formal e da subsunção real ao capital se tornam bastante complexas (DUSSEL, 2012). A ideia de fronteira em movimento pode levar à conclusão de que ao realizar uma trajetória geográfica a barlavento da fronteira se encontram apenas relações sociais sendo formalmente subsumidas ao capital, enquanto uma trajetória geográfica a sota-vento mostraria uma escalada ascendente de relações realmente subsumidas ao capital.

Martins (2009) afirma que a análise clássica dos antropólogos em torno do conceito de “frente de expansão” teria enxergado apenas a migração da força de trabalho (no Brasil, geralmente oriunda do Nordeste) na forma de posseiros em choque com outras civilizações, enquanto que os geógrafos teriam somente enxergado, com o conceito de “frente pioneira” a sujeição do território ao capital, com a migração dos sujeitos proprietários e banqueiros (na formação brasileira, geralmente oriundos do Centro-Sul). A crítica é uma deixa para seu próprio construto. Para Martins (2009) o processo da fronteira inclui várias frentes, que, grosso modo, podem ser divididas nos dois conjuntos de frentes citados: a frente de expansão (trabalho) e a frente pioneira (capital). Mas ao fazê-lo, Martins (2009), baseado n’*O Capital* III, permite que se possa pensar em uma cartografia da subsunção do território ao capital.

Esta cartografia se torna mais difícil a partir da *passagem* desses conceitos a escalas menores realizada por Oliveira (1997), para quem a incorporação do território pelo capital se dá através de dois processos complementares e contraditórios: *a*) a monopolização do território pelo capital, quando as relações de produção permanecem não capitalistas, os sujeitos sociais mantêm a propriedade formal da terra, mas o excedente é apropriado pelo capitalismo; e, *b*) a territorialização do capital monopolista, quando as relações em si já são realmente subsumidas ao capital, quedando o sujeito produtivo sem a propriedade dos meios de produção, sendo obrigado a vender sua força de trabalho. Esta *passagem* da fronteira aos lugares revela que a subsunção real e formal são “partículas quânticas” que aparecem, desaparecem, e reaparecem, tornando a sua cartografia num vai-e-vem de uma geografia aparentemente indecifrável. Aqui, impõe-se o imperativo de Jean Brunhes de revelar o visível através do invisível. O processo de sujeição territorial ao capital, porém, não parece dar uma margem a uma “geometria analítica”, mas sim a uma “física quântica”.

Em pleno estado do Rio de Janeiro, em território em tese já realmente subsumido ao capital, sendo o estado mais urbanizado do Brasil, um conjunto de megaprojetos está em ação (e não somente por causa da Copa do Mundo ou das Olimpíadas). O Porto do Açu, no município de São João da Barra, será o maior porto exportador do minério de ferro da América Latina. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí também já nascerá o maior do continente. Estes dois empreendimentos, somados à Barragem sobre o rio Guapiaçu, que está sendo construída no município de Cachoeiras de Macacu, deixarão um saldo social de mais cinco mil desabrigados. Enquanto isso, a Odebrecht, que está no consórcio que elabora estas três obras no Atlântico, lidera também os consórcios que estão construindo os três maiores portos exportadores de minérios do Pacífico, todos no Peru: Porto de Melchorita, Porto de Bayóvar e Porto de Callao. O saldo estimado de desabrigados diretos passa de 20 mil (CECEÑA *et al*, 2007). A IIRSA é o plano de ordenamento territorial continental que conecta todas as ações de construção deste gigantesco sistema de objetos.

De acordo com Ceceña *et al* (2007), ela está regionalizada em onze eixos que se interpenetram: *a*) o Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): integração energética, com destaque para a construção de gasodutos; *b*) o Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil): integração energética, incorporação de novas

terras à agricultura de exportação, biocombustíveis; *c*) o Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação; *d*) o Eixo do Sul (sul do Chile, de Talcahuano a Concepción, e da Argentina, de Neuquén a Baía Blanca): exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo); *e*) o Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru): rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico; *f*) o Eixo MERCOSUL-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): integração energética, com ênfase nos gasodutos e hidrelétricas; *g*) o Eixo Peru-Bolívia-Brasil: redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico; *h*) o Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica; *i*) o Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): aperfeiçoamento da rede rodoviária; *e, j*) o Eixo Andino do Sul (região andina da fronteira Chile-Argentina): com ênfase em rodovias e aperfeiçoamento dos portos do Sul em estreita ligação com as bases chilena, argentina e brasileira na Antártida.

O décimo-primeiro eixo será composto pela tentativa de integrar a rede fluvial da Bacia Amazônia com a Bacia Platina (CECEÑA *et al*, 2007). Trata-se, portanto, de uma integração territorial para o mercado. A IIRSA deixará pronto para as elites sul-americanas a possibilidade do Chile, por exemplo, exportar rapidamente seus minérios para a Europa, bem como do Brasil exportar seus produtos também rapidamente para a Ásia. As comunidades bolivianas estão na zona de choque. De modo semelhante ao Brasil, que já foi enxergado em temporalidades pretéritas como um arquipélago, ou seja, um conjunto de ilhas não integradas econômica e territorialmente (ANDRADE, 1970; PRADO JR., 1977), algo semelhante se passa agora com a América do Sul. Segundo Zibech (2012), os planejadores acreditam que há cinco ilhas no continente: *a*) a Cordilheira dos Andes; *b*) a Plataforma caribenha; *c*) a Plataforma Atlântica, a Amazônia Central; *e, d*) a Amazônia do Sul (parte do Peru, Bolívia, Rondônia e Mato Grosso). Após a integração, essas duas zonas centrais estarão “abertas para o mundo”.

Este mergulho na análise de Zibechi (2012) sobre o ordenamento territorial dos Estados, com o adendo político importante acerca do imperialismo, ilustra como se faz necessário observar acuradamente os desdobramentos relevantes ocorridos no espectro da

chamada realidade concreta da sociedade – considerando as condições materiais de sua reprodução – bem como as correlações de força resultantes de transformações promovidas no *mundo ao seu redor*, para que se compreenda de forma adequada a evolução das estruturas formadoras do pensamento político – da teoria política – de determinada formação socioeconômica em um dado período histórico, haja vista que no período da globalização, tais transformações *vizinhas* e complementares podem torná-las suscetíveis de sofrerem efeitos colaterais (BORON, 2003). Seguindo a indicação de Dussel (2012), feito o exercício da *passagem*, faz-se necessária a *elevação* à abstração, iluminada pelos problemas concretos.

Para Costa (1992), o espaço é uma dimensão inescapável dos interesses e dos conflitos, enquanto o território é a arena fundadora da política e das condições necessárias à existência e durabilidade da polis (do espaço público). Tanto Costa (1992) como Castro (2009) acusam a ciência política de não enxergar essa dimensão, tratando o espaço como espelho da sociedade, quando não é. Para Soja (1993) e para Santos (2009) a organização do espaço é um produto social o qual, entretanto, rebate e refuncionaliza a própria sociedade que se reproduz produzindo seu espaço, mas ao fazê-lo já se reproduz conforme os ditames do seu próprio espaço produzido. Não seria um espelho, ou pelo menos, um espelho liso. Boron (2003) também não comenta acerca do território ou do espaço em sua análise, mas faz importante ressalva quanto ao erro de considerar o Estado também um espelho.

DO FIM DO ESTADO AO SEU RETORNO DIALÉTICO

Na ciência política estadunidense e britânica, o Estado já foi enxergado como um mero reflexo do ambiente competitivo do mercado, projetado sobre as múltiplas instâncias da sociedade civil, ou resumidamente, um *espelho da sociedade* (Boron, 2003, p. 249). Boron (2003) também mostra que sob os desígnios reducionistas de tal concepção, o Estado é arbitrariamente relegado à forma de uma *arena política*, onde vários grupos disputam parcelas do poder político, sem, contudo, chegarem a níveis potencialmente ameaçadores da liberdade civil tida aprioristicamente como certa. Desta forma, fincada está a base teórica que legitima a supremacia do liberalismo enquanto corrente filosófica de apreensão da realidade, e estão minadas completamente quaisquer conjecturas que possam associar as relações desiguais de poder empiricamente observáveis no cotidiano com a participação também desigual no processo produtivo. O Estado é tido, enfim, como um ente passivo, confundido na verdade

com a totalidade de órgãos e departamentos do *governo* e desprovido de qualquer influência decisiva sobre o status-quo social e econômico (BORON, 2003).

Neste ponto na interpretação da análise boroniana se impõe a seguinte questão: o raciocínio que legitima a supremacia do liberalismo – cujo produto é o Estado enquanto ente passivo – é um raciocínio específico da moderna ciência política positivista estadunidense? A resposta exige considerações das teorias a sota-vento. O exercício breve de uma arqueologia da ciência política do Estado moderno fatalmente repousa na matriz italiana, pois tudo começou em Maquiavel (GRUPPI, 1986). Maquiavel em sua obra não forneceu uma definição para o Estado, porém, infere-se que o Estado como poder soberano exercido com *exclusividade e plenitude* sobre as questões internas e externas de um coletivo. O Estado em Maquiavel está além do bem e do mal, regulariza as relações entre os homens, utiliza-os nos que eles têm de bom e os contém no que eles têm de mal. Sua única finalidade é a sua própria grandeza e prosperidade. Daí a ideia de “razão de Estado”, ou seja, existem motivos mais elevados que se sobrepõem a quaisquer outras considerações, inclusive à própria lei (GRUPPI, 1986). Adentrando no Liberalismo clássico, pela porta de Jean Bodin, vê-se que para este autor,

O Estado é constituído essencialmente pelo poder: nem o território, nem o povo definem o Estado tanto quanto o poder. Bodin afirma: é a soberania o verdadeiro alicerce, a pedra angular de toda a estrutura do Estado (...); essa soberania é a única ligação que transforma num único corpo perfeito (o Estado) as famílias, os indivíduos, os grupos separados. O Estado, para Bodin, é poder absoluto, é a coesão de todos os elementos da sociedade (GRUPPI, 1986, p. 12).

Mas o debate político avançaria do *organicismo* ao *contratualismo*. Para Hobbes, o Estado deve ser constituído de um soberano, o qual recebe poderes plenipotenciários absolutos através de um contrato. Os súditos não têm direito de renunciar ao pacto que só confere esses direitos ao soberano. Obrigam-se a assumir todos os atos do monarca. A propriedade privada só é válida em relação aos outros súditos. O soberano tem poder de vida e morte sobre os súditos, restando a estes as liberdades de compra e venda, escolha de moradia, modo de alimentação e educação dos filhos (GRUPPI, 1986, pp. 12-13). Em Locke, o Estado também surge de um contrato, e, como tal, pode ser feito e desfeito. Portanto, o governo deve garantir determinadas liberdades, entre as quais a propriedade privada e a liberdade política. O Estado é soberano, mas sua autoridade vem somente do contrato que o fez nascer (GRUPPI, 1986, pp. 13-15). A visão crítica do contrato surge com Rousseau, para quem o Estado não é

uma criação paralela ou distinta da sociedade, mais parte integrante desta. E de tal modo, sua soberania só é garantida pela Assembleia (*polis*), a qual, representando o povo, confia a alguns sujeitos determinadas funções administrativas, as quais podem ser revogadas a qualquer momento (GRUPPI, 1986, pp. 17-20).

Neste ponto está criado o germe em potência da ruptura crítica marxiana. Mas em Marx ainda não há o problema orgânico central do Estado. A crítica da economia política de Marx é lateralmente uma crítica da política. O Estado Político seria em primeiro lugar o encontro conflituoso entre forças políticas e forças sociais. O autor forneceu, entretanto, a teoria fundamental, a partir da qual se pode construir uma teoria do Estado. A infraestrutura econômica é a base do Estado e sobre elas estão as superestruturas política, jurídica e ideológica (GRUPPI, 1986). Após o falecimento de Marx, coube a Engels pincelar este acabamento da teoria marxista. Em Engels, o Estado é a expressão da dominação de uma classe, é a necessidade de regulamentar juridicamente a luta de classes, de manter determinados equilíbrios entre as classes em conformidade com a correlação de forças existentes, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante. O Estado é a expressão da dominação de uma classe, mas também, um *momento de mediação* (GRUPPI, 1986).

Na suma de sua arqueologia Gruppi (1986) sustenta que o Estado tem sido visto como um ente passivo no que tange às desigualdades pela filosofia liberal. Claval (1979) acelera nessa direção. Para Claval (1979), o Estado Moderno (o qual nomeia de “Estado Hegeliano”) possui três características fundamentais que o distinguem das cidades-estado, dos impérios e das organizações feudais: *a*) autonomia plena; *b*) distinção entre Estado e sociedade civil, respectivamente esfera pública e esfera privada; e *c*) propriedade privada do Estado, da esfera pública e não do soberano. (Claval, 1979). Ao desconsiderar a base material, chega-se a conclusões como a de Badie (1996), sociólogo que considera que estes elementos apontados por Claval (1979) não foram de fato assimilados pelo Estado, sobretudo os dois primeiros, o que, inclusive explicaria a crise que resultaria no fim dos Estados (ou, como o autor prefere, no “fim dos territórios”) (BADIE, 1996).

O apocalíptico “O fim dos territórios” de Badie (1996) – melhor seria o título se fosse “o fim dos Estados”, porque, de fato, ele confunde território com Estado (HAESBAERT, 2006) – se junta ao fatídico “O fim da história” de Francis Fukuyama, apontando o fim das contradições de classe. Destarte, conforme Boron (2003), muitas argumentações sociológicas

e políticas acabam caindo em três reducionismos, quais sejam: *a)* o societalismo (economicismo); *b)* o Estadocentrismo, que, em geral choca-se com o primeiro; e, *c)* o reducionismo da fórmula Estado *versus* sociedade civil, onde há reificação do Estado como entidade independente. Boron (2003) contrapõe-se à concepção teórica de Weber pelo fato de este tender a reificar o Estado, desvinculando-o dos movimentos e contradições da formação que o sustenta (abandona a ideia de Pacto de Dominação), na mesma medida em que faz a separação entre economia e política. Para Boron (2003), na análise weberiana, a dominação do Estado não é classista, pois quem exerce este domínio são os burocratas e não os empresários, sendo o Estado tido como um *ator corporativo*.

No entendimento crítico de Boron (2003), Weber forja uma concepção irreal de Estado e da vida política como reino da imposição e da coerção. O mesmo autor também critica Marx, pois este teria convertido o Estado em “resumo da sociedade”. Conforme Boron (2003), na perspectiva de Marx, Estado e sociedade não são vistos como setores isolados. Para Boron (2003, p. 264), “o legado de Marx permite encarar esta tarefa com perspectivas alentadoras (...), mas deve-se conhecer os limites da teoria de Marx e (...) o marxismo não é um complexo de dogmas canonizados”. Já Nordlinger (1981, p. 6), em sua obra, autonomiza o Estado como um conjunto de burocratas que dirigem o aparelho governo, afirmando que o Estado “é constituído por (...) indivíduos com autoridade decisória de âmbito societal”. Partindo de Nordlinger (1981), Boron (2003) afirma ser impossível recuperar o significado total deste fenômeno estatal tidos em conta das quatro tradicionais dimensões em que é posto: *a)* como um pacto de dominação; *b)* como um poderoso ator corporativo; *c)* como uma simples ‘arena’ de conflitos; e, *d)* como representante dos interesses gerais da sociedade.

Neste ponto Boron (2003) conclui que o problema da autonomia do Estado não pode ser adequadamente apresentado dentro do quadro teórico oferecido pela tradição liberal. Em outras palavras, a ideia de autonomia refere-se a uma suposição prévia sobre o sistema de relações sociais que se articula em um todo orgânico de níveis diversos sobre a vida social. Para Boron (2003) as sociedades não são conjuntos de partes isoladas que se organizam “ao acaso” por “forças misteriosas e desconhecidas”, e, em virtude disso, afirma que o problema da autonomia estatal só faz sentido dentro de um quadro analítico que assume o caráter da realidade unitária e contraditória. Isto implica em adotar uma metodologia a qual permita ao observador uma reconstrução teórica da totalidade histórica. Este método, segundo Boron

(2003), no entanto, não se relaciona com o modelo economicista ou determinista, pois a primazia dos fatores econômicos (materiais) na explicação das trajetórias históricas constitui, para o autor, a diferença entre a crítica marxista e ponto de vista burguês sobre o todo.

A temática da subsunção entra implicitamente no discurso de Boron (2003) quando este afirma que um Estado é capitalista apenas se há indicadores observáveis, que mostram, de modo inequívoco, as formas pelas quais está organicamente ligado à reprodução capitalista. Os indicadores devem, em princípio, permitir a diferenciação entre um Estado burguês e um Estado tomado pela burguesia, cujo caráter de classe desapareceria logo que os seus representantes políticos fossem retirados das alturas do aparelho do Estado. Claramente, um “Estado classista” deste tipo seria extremamente fraco e inseguro. É possível que seja o caso em formações espaciais donde a subsunção ao capital se deu apenas formalmente. Para Boron (2003), o caráter de classe do Estado não se baseia nas origens sociais dos seus quadros dirigentes, no elenco governante ou da classe dominante, mas na estrutura interna do aparelho de Estado, que, uma vez em operação, coloca em evidência a *seletividade de classe* de suas políticas públicas.

Destarte, conforme Boron (2003), as formas institucionais do Estado capitalista contêm quatro elementos principais, cujo interesse classista é inocultável: *a*) a produção não pode ser organizada de acordo com diretrizes políticas, mas com os esforços dos cidadãos; *b*) o poder político depende indiretamente da acumulação privada; *c*) o interesse institucional do Estado, incapaz de controlar a produção e fluxo de recursos para mobilizar e financiar seu complexo aparelho do Estado, leva-o a favorecer e promover a acumulação de capital; e, *d*) regimes políticos democráticos nos processos eleitorais escondem o fato de que os recursos materiais do Estado e seu uso são dependentes do processo de acumulação.

Conforme ressalta Boron (2003) o protagonismo do Estado na reconstrução capitalista do segundo pós-guerra, colocou-o no centro do debate das ciências sociais a partir da década de 1970. E que a partir de então, tem-se o paradoxo: a revalorização radical do Estado como variável explicativa e o crescente consenso em torno das potencialidades interpretativas oferecidas pelos enfoques *Estadocêntricos* na ciência política. O arrebatamento Estatista foi impulsionado por diversos ensaios sobre algumas “revoluções de cima” ocorridas no terceiro mundo (BORON, 2003, p. 260), as quais demonstram o protagonismo do Estado nas sociedades contemporâneas. O autor coloca como antecedentes para estas “revoluções de

cima” as reformas autoritárias e/ou conservadoras a exemplo do Bonapartismo na França e o impulso dado por Bismarck na Alemanha unificada.

Boron (2003) destaca que o caráter extremo das “revoluções de cima” fundamenta-se no fato de que uma elite burocrática, civil ou militar, fortemente consolidada no aparato estatal se apodera do conjunto do Estado para destruir a base econômica e política da aristocracia ou da classe alta. Estas “revoluções de cima” foram de natureza antifeudal e capitalista, na qual houve a ausência do componente jacobino –classe trabalhadora, pequenos burgueses ligados às classes rurais. Trata-se de uma revolução burguesa que se produz sob a tríplice ameaça da dominação imperialista, da reação feudal e da mobilização popular. Conforme Boron (2003), não há comprovação histórica que demonstrem que as iniciativas do Estado possam ir *além* das fronteiras do capitalismo. Destarte, as revoluções de cima não tem a capacidade de transcender ao capitalismo. As revoluções anticapitalistas (Rússia, China, Vietnã e Cuba) foram todas “revoluções de baixo”. As revoluções de cima destroem as bases do velho regime ao estilo Junker, também chamada de via reacionária em que os latifúndios senhoriais, igrejas, burocracia patrimonialista e outras instituições pré-capitalistas não são destruídas, mas lentamente se transformam em um novo regime para a acumulação capitalista. Esta via foi predominante na América Latina, com a exceção do México.

Boron (2003) destaca que autores como Poulantzas (1986) são ambíguos em seus conceitos sobre o tema dos limites e iniciativas autônomas do Estado, ressaltando que o problema das formulações da autonomia relativa é a conceptualização da classe dominante. Este seria o ponto frágil da teoria poulantziana, uma vez que os limites das iniciativas autônomas do Estado se estabelecem pela necessidade de reproduzir e reforçar as relações capitalistas de produção existentes em diversas conjunturas históricas. Para Boron (2003, p. 264), “(...) o problema real consiste em definir os limites da autonomia cambiante e variáveis do Estado e que um reconhecimento do equilíbrio existente entre seus condicionantes estruturais e sua capacidade de intervenção autônoma”. Destarte, o analista pode cometer duas falhas: a) recriar o mito pelo qual o Estado adquire uma autonomia total e ilimitada e se converte em um *demiurgo efetivo* da história; e, b) dar origem a fábula pela qual todas as invenções estatais são sempre conducentes à incessante reprodução do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação boroniana acerca do Estado como *resumo* em Marx não complementa de todo a ideia marxiana de síntese. A síntese não é a soma ou o resumo, mas o produto da relação complementar e contraditória de todas as forças de uma formação social (formação espacial). E tal parece ser o caso do Estado. O Estado, de fato, não é uma estrutura autônoma das forças sociais, mas ele é uma estrutura que possui poder de coerção sobre os sujeitos sociais, é o organismo que dispõe do legítimo controle do sistema de ações e do sistema de objetos do espaço geográfico, e sua linguagem de ação é a burocracia, conforma a análise weberiana.

A ideia da diferenciação entre um Estado plenamente burguês e um Estado apenas tomado pela burguesia pode clarificar a análise, mas também pode nuança-la, pois, ao que parece, busca-se com isso levar a temática da subsunção da totalidade ao Estado. O fato é que há formações espaciais já realmente subsumidas ao capital, donde as relações de produção e reprodução da vida são eminentemente capitalistas, e a totalização do processo implica da reprodução da exploração dos sujeitos já na condição perene de expropriados, enquanto há formações espaciais nas quais essa subsunção é apenas formal. Ainda que não se possa cartografar a integridade das trajetórias, por seu caráter “quântico”, as paisagens da formação são testemunhas de diferentes momentos do processo contraditório de incorporação do território ao capital.

O Estado brasileiro é derivado de um capitalismo autoritário. Isso não muda o fato da consolidação de um motor de acumulação capitalista próprio, a partir de São Paulo, o que implica na hipótese da totalização de uma revolução burguesa, ainda que dispersa no tempo. A manifestação de um imperialismo atesta que se está diante de formações ainda não inteiramente subsumidas ao capital. A globalização (enquanto período do imperativo técnico) atesta também o momento de inversão pendular, rumo à incorporação efetiva das últimas fronteiras do capital. O Estado é a estrutura que ordena territorialmente esta incorporação, e, portanto, não houve solução do problema do Estado. O problema do Estado foi apenas esboçado, e suas reais implicações estão em desenvolvimento à toda brida. Uma última ressalva é a de que a partir do ano de 2016, após uma séria ruptura institucional no Brasil, o planejamento esboçado a longo prazo parece está novamente ameaçado, mas as implicações no que aqui foi apresentado ainda cabem a outro momento analítico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1970.
- BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Tradução: M. J. Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BORON, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento: múltiplas escalas entre o local e o global*. 2ª ed. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Um novo estado para a América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, nº 50, 1998.
- BURGARELLI, Rodrigo; BRAMATTI, Daniel; TOLEDO, José Roberto de; RABATONE, Diego. “Três empresas bancam 39% da campanha”. *O Estado de São Paulo*, 05 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,tres-empresas-bancam-39-da-campanha,1555032>> Acesso em: 26 de janeiro de 2015.
- CANO, Wilson. “‘Crise de 1929’: soberania na política econômica e industrialização”. In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação regional do Brasil*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2002ª, pp. 77-111.
- CANO, Wilson. “Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930)”. In: CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, pp. 49-76.
- CAPUTO LEIVA, Orlando. “Estados Unidos y China: ¿locomotoras en la recuperación y en la crisis cíclicas de la economía mundial?”. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. *Territorialidad de la dominación: la integración de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA)*. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Tendências recentes de desenvolvimento regional e gestão do território. In: SILVA, Christian Nunes da et al (org.). *Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense*. Belém: GAPTA-UFPA, 2013, pp. 15-33.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e poder*. Tradução: W. Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- DAVIS, Mike. *Planet of slums*. New York: Verso, 2006.
- DINIZ, Clélio Camponlea. Dinâmica espacial e ordenamento territorial. Rio de Janeiro: CEPAL, 2006.
- DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. Trad.: J. P. Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

- GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 9ª ed. Trad.: D. Canali. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HARVEY, David. “O ‘novo imperialismo’: acumulação por espoliação”. In: *Socialist Register*, 2004, 95-125.
- HUNT, E.; SHERMAN, H. *História do pensamento econômico*. 16ª ed. Trad.: J. L. Benchimol. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3ª ed. Trad.: M. C. França. Campinas: Papirus, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.
- NORDLINGER, Eric. *On the autonomy of the democratic state*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e classes sociais*. 2ª ed. Trad.: F. Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad.: M. C. França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Trad.: V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel, 1976.
- ZIBECHI, Raúl. *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.